MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 24:015

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É autorizada, em harmonia com o disposto no § 4.º do artigo 13.º do decreto-lei n.º 22:789, de 30 de Junho de 1933, a utilização integral da dotação do n.º 1) do artigo 5.º do orçamento do Ministério das Colónias do corrente ano económico.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Junho de 1934. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Alexandre Alberto de Sousa Pinto* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 24:016

Nos termos dos artigos 44.º a 50.º do decreto-lei n.º 23:231, de 17 de Novembro de 1933;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Das operações de crédito e dos armazéns gerais da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal

I

Condições gerais da emissão de títulos

Artigo 1.º A Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal poderá, de conformidade com o disposto no artigo 44.º do decreto-lei n.º 23:231, de 17 de Novembro de 1933, emitir conhecimentos de depósito, e respectivas cautelas de penhor, de aguardentes e vinhos de consumo.

Art. 2.º Estes títulos serão passados pela Federação somente em favor dos seus associados, nos termos deste decreto e demais legislação em vigor.

Art. 3.º As aguardentes a que respeitarem os títulos devem possuir as características seguintes:

1.º Gradação alcoólica centesimal de 77,5 graus à temperatura de 15 graus centígrados;

2.º Serem limpas de prova e cheiro.

Art. 4.º Os vinhos de consumo devem ser bem equilibrados, isentos de doença ou defeito e possuir as características legais, sem qualquer tolerância.

Art. 5.º A direcção da Federação atribuirá às aguardentes, para os efeitos deste decreto, o valor legal que tiverem, e aos vinhos de consumo o valor da aguardente que deles possa resultar com as características definidas no artigo 3.º, diminuído esse valor na importância das despesas de destilação.

Art. 6.º A Federação efectuará o seguro dos seus armazéns contra fogo e bem assim o das mercadorias nêles depositadas, contra qualquer risco e pelo prazo de desconto do respectivo título ou pelo da sua prorrogação.

§ único. Se as mercadorias ficarem depositadas em armazém do primitivo beneficiário do título ou de terceiro, deve aquele efectuar previamente o seguro nas condições previstas neste artigo, por conta da Federação, à qual deve ser entregue a apólice.

Art. 7.º O limite máximo de desconto dos títulos emitidos pela Federação é de 70 por cento do valor atribuído às mercadorias, de conformidade com o disposto no artigo 5.º

II

Dos títulos

Art. 8.º Os títulos de crédito referidos no artigo 1.º são de modelo análogo aos aprovados pelo decreto regulamentar n.º 10:837, de 8 de Junho de 1925, e das três espécies seguintes:

1.º Conhecimentos de depósitos e cautelas de penhor respeitantes a aguardentes vínicas;

2.º Conhecimentos de depósito e cautelas de penhor respeitantes a vinhos de consumo, passados em favor de vinicultores de produção igual ou superior a 300 pipas de 500 litros e de valor não inferior a 20.000\$;

3.º Conhecimentos de depósito e cautelas de penhor respeitantes a vinhos de consumo, passados em favor de vinicultores de produção igual ou superior a 100 pipas de 500 litros e de valor não inferior a 10.000\$.

§ único. Estes títulos designar-se-ão respectivamente por títulos A, B e C e serão diferenciados pela cor.

Art. 9.º O regime jurídico dos títulos mencionados no artigo anterior é o dos artigos 408.º e seguintes do Código Comercial e demais legislação aplicável, salvo as disposições especiais deste decreto.

§ 1.º Os conhecimentos de depósito e cautelas de penhor são transmissíveis por endosso e estas podem ser descontadas pela Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, por qualquer instituição de crédito ou por particulares.

§ 2.º A Federação pode promover o redesconto das cautelas de penhor na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência ou noutra instituição de crédito e, para esse efeito, contratar a abertura de contas correntes, que serão caucionadas pelos mesmos títulos.

Art. 10.º Os créditos representados pelos títulos de depósito A e B, e bem assim os juros, despesas de armazenagem e outras legítimas são garantidos pelo penhor das mercadorias depositadas.

Art. 11.º Os créditos representados pelos títulos C, juros, despesas de armazenagem e outras legítimas são garantidos pelo penhor das mercadorias depositadas e por fiança idónea.

§ 1.º O fiador é solidariamente responsável com o principal devedor e endossantes pelo capital, juros, despesas de armazenagem e mais que legítimas forem.

§ 2.º Não serão porém executados os bens do principal devedor, do fiador e dos endossantes sem se achar exausta a importância do penhor.

Art. 12.º Os direitos que resultam da transmissão dos conhecimentos de depósito e das cautelas de penhor não podem ser prejudicados por quaisquer actos ou contratos do depositante ou de outros endossantes, relativos aos vinhos ou aguardentes depositados.

§ único. A inexactidão das declarações a que se referem os artigos 18.º e 21.º sujeita o declarante às penas do crime de burla.

Art. 13.º A taxa de emissão dos títulos, a taxa de juro, percentagem de quebras e demais condições da